

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê do Fundo de Transição / 2020

Data: 03 de abril de 2020	Local: Reunião realizada por vídeo conferência
Horário: 13:30 às 17:30 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes de membros institucionais: 04 participantes; Representantes de membros corporativos: 01 participante; Representantes de membros do governo: 03 participantes. Demais participantes: MMA: 06 participantes. ICMBio: 06 participantes. Funbio: 11 participantes. Outros: 01 participantes. Listagem completa de participantes: 32 participantes. Presidente da reunião: José Alentejano	

Agenda do dia:

I. Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia.

II. Ratificação de deliberações votadas em janeiro pelos membros doadores e Comunicação de deliberações realizadas.

- Ratificação da aprovação do Orçamento para o Biênio 2020/2021 realizada por meio de votação on line;
- Ratificação da aprovação da proposta de alteração do mandato de investimento local do Fundo de Transição;
- Ratificação da aprovação do Pleito de recursos para capacitação de gestores para operação do Programa a ser gerido pelo Gestor do Fundo.

III. Deliberação do pleito para estruturação de um fundo de contingência do Programa Arpa a ser gerido pelo Gestor do Fundo

IV. Atualização sobre o processo de escolha de representantes da sociedade civil para compor o Comitê do Programa e sobre a reativação de reuniões

V. Atualização sobre a reativação de instâncias/fóruns da estrutura de governança do Programa e calendário de reuniões para 2020.

VI. Atualização sobre avanços obtidos na assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica do Programa

VII. Detalhamento sobre os dados de desmatamento e queimadas em UCs federais

VIII. Reapresentação e Deliberação acerca dos pleitos de recursos adicionais para Proteção, Capacitação e Monitoramento apresentados por MMA e ICMBio para o biênio 2020/2021.

IX. Proposta de apoio à criação de UCs Estaduais no Acre – corredor de proteção estadual

X. Atualização sobre a execução do projeto pelo Gestor do Fundo

XI. Atualização sobre a gestão de ativos do Fundo de Transição.

XII. Revisão das deliberações e encaminhamentos e Encerramento.

I. Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia.

Participantes: José Alentejano (Presidente do CFT), Vecita Chicchón (Gordon and Betty Moore Foundation), Meg Symington (WWF-US), Florian Arneth (KfW), Adriana Moreira (World Bank, representante GEF), Tiago Alves (Anglo American), Beatriz Milliet (Assessora do Ministro de Meio Ambiente/MMA), João Paulo Sotero (SECEX/MMA), Marcelo Freire (SECEX/MMA), Ricardo Castelli (DAP/MMA), Ricardo Santos (Ministério da Economia) Fernando Lorencini (DIPLAN/ICMBio), Marcos Simanovic (DIMAM/ICMBio), Tatiana Fajardo (DIPLAN/ICMBio), Mariana Napolitano (WWF-BR), André Alamino (DIPES/ICMBio), João Paulo

Morita (ICMBio), Renata Gatti (UCP/MMA), Marco Bueno (UCP/MMA), Rosa Lemos (Secretária Geral/Funbio), Manoel Serrão (Superintendente de Programas/Funbio), Aylton Coelho (Superintendente de Planejamento e Gestão/Funbio), Fernanda Marques (Coordenadora de projetos/Funbio), Fábio Ribeiro (Gerente de projetos/Funbio), Edegar Bernardes (Assistente de projetos/Funbio), Thales do Carmo (Assistente de Projetos/Funbio), Heliz Menezes (Assistente de projetos/Funbio), Marilene Viero (Coordenadora Financeiro/Funbio), Mayara Bernardes (Ponto focal financeiro Arpa/Funbio), Camila Lobo (ICMBio), Fernanda Santos (ICMBio), Vera Reis (Secretária Executiva de Meio Ambiente / SEMA-AC) .

José Alentejano abre a reunião dando boas-vindas aos presentes e cumprimentando as autoridades representantes das instituições participantes e suas equipes técnicas. Segue informando que todas as deliberações realizadas na reunião de 05 de dezembro de 2019, estão sendo cumpridas. Adicionalmente informa que todas os encaminhamentos da referida reunião de dezembro ou estão na pauta de trabalho da presente reunião ou já foram executados.

II. Ratificação de deliberações votadas em janeiro pelos membros doadores e Comunicação de deliberações realizadas

José Alentejano prossegue com a pauta apresentando as deliberações aprovadas entre dezembro 2019 e janeiro de 2020, por meio de votação eletrônica ou em reunião extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2020, quais sejam:

- Ratificação da aprovação do Orçamento para o Biênio 2020/2021 realizada por meio de votação on line;
- Ratificação da aprovação da proposta de alteração do mandato de investimento local do Fundo de Transição;
- Ratificação da aprovação do Pleito de recursos para capacitação de gestores para operação do Programa a ser gerido pelo Gestor do Fundo.

Como não houve manifestação contrária de nenhum membro do CFT as deliberações estão ratificadas e aprovadas.

III. Deliberação do pleito para estruturação de um fundo de contingência do Programa Arpa a ser gerido pelo Gestor do Fundo

Manoel Serrão reapresenta informações acerca da proposta de criação de um fundo de contingência do Programa Arpa para acomodar situações excepcionais, não cobertas pelos contratos e sistema de compliance do Funbio.

José Alentejano informa que já havia sido dado de acordo dos membros doadores, com exceção do KfW, que havia solicitado tempo para avaliar a proposta internamente.

Florian Arneth coloca que o KfW precisa de uma justificativa específica para a criação de um fundo de contingência. Adriana Moreira sugere que seja realizada consulta eletrônica aos doadores para os casos de utilização do fundo. Rosa Lemos coloca que os membros do CFT podem ficar tranquilos quanto ao uso do fundo de contingência, que só seria utilizado para despesas não previstas pela diligência do Funbio (excepcionalidades).

Florian Arneth dá um de acordo para a proposta de Adriana Moreira. Meg Symington recomenda a inclusão, no Manual Operacional do Programa, de texto apresentando o fundo de contingência e suas regras de utilização.

Fica aprovada a criação de um fundo de contingência para o Programa Arpa, no valor de R\$ 200 mil, a ser gerido em Plano Operativo pelo Funbio com utilização condicionada à aprovação por meio eletrônico, a ser solicitada pelo Funbio e concedida pelos membros doadores do CFT. Uma vez utilizado o recurso, será prestado contas em reunião subsequente do CFT. Será incluído no Manual Operacional do Programa texto explicativo sobre o Fundo de Contingência.

IV. Atualização sobre o processo de escolha de representantes da sociedade civil para compor o Comitê do Programa e sobre a reativação de reuniões

Beatriz Milliet passa a palavra para Ricardo Castelli para apresentação. Ricardo apresenta a nova composição do Comitê do Programa mencionando os nomes dos membros, para os quais a vaga está preenchida e informa os cargos que ainda estão vagos. Também informa como se deu o processo de escolha de representante da sociedade civil, cuja vaga será ocupada pela Sociedade Civil Mamirauá.

Recriação do CP

Decreto nº 10.140, de 28 de novembro de 2019

- Art. 4º - Composição do CP:



Florian Arneth informa que o KfW não deu anuência para a modificação do Comitê do Programa. Segundo Florian, nos contratos de contribuição financeira, está expresso que qualquer modificação do programa tem que passar por anuência dos doadores. Ressalta que anuência ainda não foi dada. Para tanto propõe que, ao longo dos próximos 12 meses, seja avaliado pelos doadores o funcionamento do Comitê do Programa. José Alentejano informa que foi comunicado por meio de uma carta ao MMA que os doadores concordaram provisoriamente com a nova composição do CP, sujeita a reavaliação futura.

Florian também pergunta para Ricardo Castelli se o no processo de escolha da entidade da sociedade civil, as 46 entidades da sociedade civil identificadas no CNEA, foram contatadas. Ricardo Castelli responde que todas as entidades identificadas no CNEA foram contatadas por telefone ou e-mail. Das entidades contatadas, apenas 17 responderam ao telefonema ou e-mail, e dentre essas apenas quatro (04) entidades se candidataram, 17 entidades foram convidadas a votar e apenas 4

enviaram voto. A Sociedade Civil Mamirauá foi a eleita a representar a sociedade civil no Comitê do Programa.

V. Atualização sobre a reativação de instâncias/fóruns da estrutura de governança do Programa e calendário de reuniões para 2020.

Ricardo Castelli apresenta quadro com informações sobre os fóruns do programa. Informa que com a reestruturação do Comitê do Programa há previsão de realização de duas reuniões no ano de 2020, uma no mês de maio e outra no mês de setembro. Sobre os demais fóruns Ricardo Informa que houve eleição para a comissão de gestores, e que não houve avanço com a elaboração de calendário de reuniões para os demais fóruns devido a pandemia do Covid 19.

• Status de reativação das instâncias de discussão do ARPA (em X, reuniões previstas):

Instância	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Comitê do Fundo de Transição		x				x				x
Comitê do Programa			x				x			
Comissão de Gestores (CG)										
Fórum Técnico (FT)										
Painel Cient. de Aconselh. (PCA)										
Visita Técnica OGs/UCs										

José Alentejano solicita à UCP que compartilhe com os Membros do CFT o calendário de reuniões em 2020 dos fóruns do Programa Arpa (Comissão de Gestores, Fórum Técnico, Painel Científico de Aconselhamento, Visitas Técnicas OGs/UCs) assim que tenha uma previsão para os eventos ainda não marcados devido à pandemia da Covid 19.

VI. Atualização sobre avanços obtidos na assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica do Programa

Ricardo Castelli atualizou o grupo acerca da assinatura do Acordo de Cooperação Arpa entre Funbio e Ministério do Meio Ambiente. Segundo Ricardo o ACT Funbio/MMA do Arpa já foi assinado pelo Ministro Ricardo Salles e se encontra em trâmite para publicação no DOU. O documento terá validade de um ano. O ACT Arpa entre Funbio e ICMBio foi assinado em 19 de março de 2020, com vigência também de um ano.

Adriana Moreira ressalta importância dos ACTs para a execução do Programa Arpa e parabeniza as equipes do MMA, ICMBio e Funbio pela assinatura.

VII. Detalhamento sobre os dados de desmatamento e queimadas em UCs federais

Marcos Simanovic, Diretor da DIMAM, ICMBio realiza apresentação sobre a operação integração instaurada em 2017 e que obteve apoio do Programa Arpa, detalhando a estratégia montada pelo ICMBio e frentes de trabalho e esforço empreendido ao longo do ano de 2019, apresentado também

resultados em termos de valores de multas geradas, bens apreendidos, número de autos de infração, bem como áreas embargadas.

Simanovic segue apresentando um planejamento elaborado para o ano de 2020 enfatizando a intenção de concentrar esforços em quatro áreas que concentrariam 90% do desmatamento no interior de UCs Federais na Amazônia, quais sejam: UNA Itaituba (PA), RESEX Chico Mendes (AC), NGI Terra do Meio (PA) e FLONA Bom Futuro (RO). Simanovic menciona a integração de esforços entre ICMBio, IBAMA e outras instituições parceiras e apresenta as estratégias delineadas para as ações em 2020 e resultados esperados.

Dentre as estratégias foi mencionado a interface entre CENSIPAM/CONSELHO DA AMAZÔNIA/FORÇA NACIONAL AMBIENTAL; a interface com o grupo especial de fiscalização do ICMBio; Formação de equipes com bom contingente de agentes de fiscalização e segurança; a renovação do apoio da Força Nacional; Ações permanentes nas quatro frentes supracitadas; Apoio adicional de recursos orçamentários para as quatro frentes; Recrutamento de agentes de fiscalização; Análise crítica de resultados; Recomposição das condições estruturantes das equipes de gestão; e Continuidade do equipamento das equipes da operação (Kit Integração).

Como resultados esperados Simanovic mencionou a redução das taxas de desmatamento no interior das UCs Federais na Amazônia; A redução da pressão da frente de desmatamento em direção às UCs; A ampliação da articulação institucional com parceiros estratégicos; e o acompanhamento sistemático dos resultados associado à divulgação regular.

Simanovic fala também sobre a operação tolerância zero, iniciada em final de janeiro de 2019, que visava dar bastante visibilidade ao esforço realizado pelos agentes do ICMBio na ponta. Isso incluía a presença de diretores, presidência do ICMBio e o próprio Ministro de Meio Ambiente nas operações, buscando dar visibilidade para a sociedade e peso as estratégias de resposta a crimes ambientais.

Segundo Simanovic, a operação não vinha dando os resultados esperados, sendo constatado ainda em janeiro de 2020 um aumento no número de alertas do DETER, apesar do esforço empreendido pelo ICMBio. Menciona que foi detectada uma redução nos alertas DETER para o mês de fevereiro de 2020, mas ressalta que não é motivo de comemoração até o momento porque isso pode ser creditado a dificuldades de detecção devido à cobertura de nuvens e precisa ser acompanhado para os meses seguintes.

Simanovic acrescenta que a pandemia de Covid 19 impôs restrições à atuação do ICMBio e capacitações estão sendo revistas, visando aproveitar o tempo com o que for possível realizar sem demanda de campo ou atividades presenciais. Informa que mesmo com a pandemia as ações de fiscalização não estão paralisadas e onde ainda há equipe ativa elas estão ocorrendo.

Marcos Simanovic finaliza realizando uma apresentação sobre ao plano de prevenção e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação para o ano de 2020. São detalhadas informações sobre a estrutura do plano de prevenção e combate aos incêndios, com foco na contratação e trabalho relevante dos brigadistas. Essas ações foram iniciadas junto com a operação tolerância zero e vem continuando ao longo do tempo. Falou sobre o manejo integrado do fogo e da necessidade de mobilização de recursos para a continuidade da estratégia.

Após a apresentação José Alentejano pergunta qual a expectativa do ICMBio e MMA em relação aos focos de incêndio e áreas desmatadas para o ano de 2020 em relação ao ano de 2019. Simanovic coloca que para o ICMBio, em relação as Unidades de conservação que estão sendo monitoradas, se não estivesse sendo realizado o esforço que vem sendo empreendido no sentido de integração das instituições, de ampliação da participação das forças de segurança e no processo de dissuasão dos infratores, haveria uma tendência de continuidade ou manutenção de índices elevados de desmatamento, entretanto com o esforço que estão sendo empreendido atualmente, espera-se mudar o quadro de desmatamento nas UCs, reforça que há muitas pessoas envolvidas nesta estratégia e que é preciso continuar monitorando o quadro e analisar resultados. Soma-se a isso a questão do Covid 19, que torna o cenário mais desafiador. Não há uma resposta concreta para isso mas há uma necessidade de ampliação de respostas para combater o atual quadro de desmatamento.

Florian Arneth agradece a apresentação e elogia as análises do ICMBio. Menciona entretanto, que os dias de campo de 2019 diminuíram algo em torno de 500 dias em relação ao ano de 2018 com redução do volume de autos de infração e também de áreas embargadas. Florian prossegue perguntando se o ICMBio pretende priorizar áreas críticas entre UCs específicas identificadas na apresentação, se pretende aumentar o número de ações de fiscalização ao mesmo nível de 2018, ou se pretendem aumentar as fiscalizações para além do esforço de 2018 para efetivamente combater o desmatamento nas UCs da Amazônia.

Simanovic informa que o ICMBio tem dados de 2018, porém para a apresentação focou na operação integração, que tinha maior concentração na BR 163. Quando se utiliza dados da Amazônia Legal é possível verificar uma ampliação do esforço do ICMBio na Amazônia Legal. Se coloca à disposição para compartilhar esses dados. Não há intenção que a atuação do ICMBio diminua em 2020.

Mariana Napolitano menciona material enviado pelo Funbio sobre o desmatamento. Menciona que este material demonstra uma performance das UCs Arpa muito melhor que as não Arpa em relação ao desmatamento, entretanto também se destaca um crescimento do desmatamento nas UCs Arpa de 2018 para 2019, com números que chegam a dobrar entre estes anos. Menciona que é sabido que algumas UCs da Amazônia puxam os números de desmatamento como a RESEX Chico Mendes e UCs da BR 163. Prossegue perguntando como o ICMBio está avaliando a pressão política sobre essas áreas e se há algum posicionamento político, em especial sobre a serra do divisor e outros projetos e qual seriam os planos específicos para as UCs do Arpa. Enfatiza que a tendência de desmatamentos fora das UCs não deveria estar sendo seguida pela tendência para dentro das UCs, pois assim se questiona a efetividade das mesmas.

Simanovic coloca que essa preocupação é compartilhada pelo ICMBio, que apesar de haver uma priorização de áreas identificadas pelo ICMBio, não significa que será deixado de lado o trabalho com outras Unidades de Conservação, não priorizadas. Será perseguida a minimização de impacto do desmatamento e há um trabalho conjunto com exército. O desmatamento dentro de UCs é pior ainda, pois seria inconcebível. As UCs Arpa tem um desempenho melhor devido a ampliação da capacidade de gestão. Também é preciso trabalhar com as comunidades buscando levar maior conscientização. O trabalho será realizado com apoio da Guarda Nacional. Simanovic informa que serão apresentados resultados para as áreas críticas identificadas, mas que também será demonstrado que há presença da fiscalização nas demais áreas não determinadas como críticas. Simanovic volta a mencionar que ainda não pode ser considerado redução de desmatamento mas há uma tendência de diminuição identificada para fevereiro e março de 2020 no desmatamento dentro de UCs Federais da Amazônia.

Beatriz Milliet comenta que há uma série de estratégias para diminuição de desmatamento como regularização fundiária e zoneamento ecológico econômico sendo implantadas pelo MMA, entretanto que no cenário de Covid 19 fica muito difícil fazer previsões para o ano de 2020.

José Alentejano pergunta se há números que seriam considerados um sucesso ou um fracasso em relação ao desmatamento ocorrido em 2019. Simanovic responde que há necessidade de diminuir o avanço do desmatamento e buscar a reversão deste cenário, inicialmente em relação a 2019 e posteriormente buscando parâmetros do passado onde já se teve resultados melhores. Beatriz Milliet reforça a fala colocando que não é possível colocar em números, mas que o trabalho que vem sendo realizado é focado na redução do que vinha sendo registrado em 2019 e outros anos.

José Alentejano pergunta como se dá a participação do conselho da Amazônia neste processo de combate ao desmatamento. Simanovic informa que do ponto de vista de recursos humanos está sendo realizada uma avaliação dentre os parceiros institucionais visando identificar demandas, neste contexto estão trabalhando organizações como MMA, Polícia Federal, Funai, IBAMA, o próprio ICMBio, dentre outras. Busca-se apresentar os pontos prioritários para que o conselho possa priorizar a sua atuação. Haveria uma reunião na semana seguinte a da reunião do CFT. Beatriz Milliet coloca que caso seja necessário o MMA pode enviar mais informações após esta reunião. Simanovic também se coloca à disposição para detalhamentos ou envio de mais informações acerca da apresentação dos dados realizada por ele.

Adriana Moreira agradece as informações, reforça a preocupação do CFT com a questão do desmatamento em UCs do Arpa.

Manoel Serrão menciona que o custo de desmatamento de 1 ha de floresta para grilagem de terra é algo em torno de R\$ 1500,00/ ha. Sendo atividade ilegal, é razoável que haja a expectativa de uma alta taxa de retorno. Num cenário de baixa produtividade e pouca movimentação econômica este tipo de atividade transita por um fluxo financeiro ilegal que talvez possa ser monitorado. Manoel pergunta como seria possível coadunar as forças de controle fiscal e fazendário tanto do custeio da atividade ilegal quanto do seu resultado financeiro, já que todos que apostam numa atividade ilegal visam retorno rápido e em maior volume financeiro possível.

Simanovic responde que pensando em ações que extrapolem as ações de campo e talvez atinjam essa linha do enriquecimento ilícito e evasão de divisas, vem sendo realizada a aposta no trabalho de inteligência junto com parceiros como a Polícia Federal, buscando ampliar ações que são correlatas as ações de fiscalização, como exemplo o mapeamento do aeroporto por onde entram insumos que vão abastecer garimpos, e outras. A outra maneira de trabalhar a temática seria investir em alternativas econômicas viáveis para retirar desta condição a população que se encontra na ilegalidade.

VIII. Reapresentação e Deliberação acerca dos pleitos de recursos adicionais para Proteção, Capacitação e Monitoramento apresentados por MMA e ICMBio para o biênio 2020/2021.

Tatiana Fajardo (DIPLAN/ICMBio) realiza apresentação demonstrando a diminuição do investimento no monitoramento da biodiversidade a partir de 2019. Menciona a importância do recurso para uma gestão realizada pelo ICMBio Sede e diversas atividades que são derivadas de treinamentos realizados com as UCs, assim como análises de dados gerados pelos programas. Menciona a demanda de ampliação de alguns protocolos de monitoramento da biodiversidade e a necessidade de implantação do Programa Monitora em 10 Unidades de Conservação que ainda não o realizam.

Tatiana apresenta as atividades que serão executadas com os recursos e apresenta o pleito adicional de recursos para o monitoramento da biodiversidade para o biênio 20/21, no valor de R\$ 965 mil.

Para o pleito de proteção Tatiana informa que a apresentação realizada por Marcos Simanovic deixou bem ilustrada a demanda estratégica para o biênio 20/21. O apoio as operações de fiscalização, ações de planejamento estratégico, apoio a prevenção e combate aos incêndios florestais e a aquisição de equipamentos para as ações de fiscalização. O pleito adicional seria de R\$ 3,27 milhões.

Sobre o pleito de capacitação Tatiana apresenta uma tabela com os cursos e treinamentos que seriam realizados com pessoal do ICMBio com os recursos. O objetivo de execução deste recurso seria formar, treinar e melhorar a capacidade técnica dos servidores do ICMBio para execução de suas funções visando alcance de metas do projeto. O pleito adicional para capacitação seria de R\$ 2.552 milhões.

Avecita Chicchón pergunta por que ainda no pleito estão incluídas capacitações ligadas à regularização fundiária e à elaboração de planos de manejo, já que não se espera que o Arpa tenha demanda por regularização fundiária e não se espera também que UCs ainda não tenham seus planos de manejo elaborados.

Tatiana responde que o recurso para plano de manejo seria para capacitação de gestores de UCs estaduais do programa, pois seria uma demanda identificada pelo projeto, que com a realização de tais capacitações seria possível treinar gestores das UCs estaduais para a realização de planos de manejo no modelo simplificado desenvolvido pelo ICMBio. Sobre as capacitações para regularização fundiária a proposta Tatiana desconhece a situação de problemas fundiárias das UCs Federais no Arpa, entretanto afirma que sem dúvida há processos de posse em algumas unidades de conservação. O recurso daria condições para os servidores serem formados para atuar nesta frente buscando resolver processos de regularização.

Avecita Chicchón gostaria de saber sobre a linha de base de quais áreas do Arpa tem problemas fundiários e se também estão sendo consideradas áreas não apoiadas pelo Arpa neste contexto. Tatiana informa que teria dificuldade em dar esta resposta no momento e propõe a supressão do ponto da análise do pleito, para uma análise no futuro, se todos estiverem de acordo.

Ricardo Castelli complementa a resposta de Tatiana Fajardo, informando que no momento não há informação sobre regularização fundiária nas áreas do Arpa, mas que seria possível levantar a informação para a próxima semana.

Adriana Moreira coloca que gostaria de entender melhor, já que várias das atividades pleiteadas já estão incluídas nos Planos Operativos das UCs, portanto seria importante saber quanto de recurso já está mobilizado para essa finalidade no PO das Unidades. Outro ponto importante a observar, segundo Adriana Moreira, seriam os recursos destinados à capacitação de agentes de fiscalização. Apesar de ser uma ação fundamental, é preciso garantir que esses recursos serão utilizados para capacitar agentes que atuarão em ações de fiscalização nas UCs do Arpa. O público previsto para essas capacitações na planilha apresentada parece maior do que o número de servidores que atualmente fazem a proteção das áreas apontadas pelo ICMBio como críticas para o desmatamento.

Marcos Simanovic coloca que as fiscalizações do ICMBio são realizadas com incremento de agentes deslocados de diferentes locais da Federação. O agente local é um ponto focal que ajuda a operacionalizar, mas outros vem de fora e precisam ser treinados para essa finalidade. Adriana

sinaliza que algumas capacitações parecem ser nacionais. Entende haver mais de 300 UCs na Amazônia, mas ressalta que os recursos do programa Arpa devem ser usados nas UCs do Arpa. Reconhece a possibilidade de apresentação de uma proposta com o financiamento parcial das atividades, considerando apenas o custo relativo ao Arpa, mas é preciso entender qual é o custo do Arpa nesta proposta.

Simanovic reforça que as UCs Arpa serão beneficiadas pelas capacitações, entretanto não serão realizadas apenas para as áreas Arpa. O ICMBio trabalha visando a proteção de todas as UCs Federais. Adriana pede para que seja informado qual o custo da capacitação para agentes de fiscalização do ICMBio visando o investimento na fiscalização e proteção das UCs Arpa.

Simanovic informa que em questão exata de percentual do Arpa, não há uma resposta neste momento. Haveria um benefício para as UCs da Amazônia. Adriana pergunta se, uma vez que a proposta é que o programa Arpa financie o valor integral da capacitação, mesmo não sendo beneficiadas apenas as UCs Arpa, qual seria a contrapartida do ICMBio, por exemplo com pessoal, e neste caso quantos funcionários o ICMBio colocaria nas UCs do Arpa.

Tatiana Fajardo informa que precisa analisar a informação para responder quais os servidores alocados no Arpa estariam sendo beneficiados pelo Curso, que poderia levantar a informação e repassar na próxima semana.

José Alentejano coloca que como as informações solicitadas vão levar algum tempo para serem levantadas, propõe que a discussão seja retomada mais para a frente. Informa que existe também uma preocupação quanto à capacidade do fundo de transição em acomodar pleitos adicionais, dado o cenário adverso do mercado financeiro. Solicita que as informações sejam levantadas explicitando exatamente o custo e benefício para as UCs do Arpa e que isso seja apresentado antes da próxima reunião do CFT.

Florian Arneth menciona a relevância do tema e comenta sobre a contrapartida do órgão gestor prevista pelo Programa, pois o Fundo de Transição foi criado com o a premissa de que o governo aumentaria a contrapartida em torno de 3% ao ano e que esta meta não teria sido cumprida no biênio 18/19. Florian pergunta por que esse pleito de recursos adicionais aos doadores e não um pleito extra ao orçamento do ministério, uma vez que o Ministério Público Federal pediu explicações ao MMA para o fato de ter utilizado apenas 59% do orçamento de 2019 e que, portanto, deveria haver recurso disponível no orçamento do MMA.

Tatiana informa que o MMA sofreu restrições e contingenciamentos como todos os ministérios e por isso faz um pleito extra aos doadores, mas que há outros recursos que pode contribuir como contrapartida, como a compensação ambiental. Fernando Lorencini informa que os recursos destinados as UCs são os do ICMBio e que a execução do ICMBio em 2019 ficou em torno de 99% de um orçamento de R\$ 289 milhões, portanto próximo a totalidade dos recursos disponíveis. Lorencini acrescenta que houve um achatamento geral no orçamento do instituto e com a situação do Corona Vírus é esperado algum impacto na execução de 2020, entretanto o orçamento caiu para aproximadamente R\$ 90 milhões, de forma que o recurso pleiteado será certamente útil para a continuidade das ações realizadas na região do Arpa.

Fernando Lorencini complementa informando que há uma previsão de contratação temporária de 1800 agentes de apoio a gestão nas UCs (brigadistas e agentes de fiscalização), dos quais mais de 50% serão destinados a UCs da Amazônia.

Florian Arneith menciona que entende que o orçamento de 2020 foi definido e deve ser impactado pelo Corona Vírus, entretanto o KfW gostaria de saber sobre o orçamento de 2021, se há possibilidade de incremento de contrapartida do MMA e ICMBio para financiamento desses pleitos. Florian sugere um misto, parte financiada pelos doadores e parte pelo governo Brasileiro. Fernando Lorencini reconhece como justo e apoia o pleito do KfW, mas que seria necessário aguardar o orçamento do ano de 2021.

Adriana Moreira menciona que seria importante receber um relatório informativo de quais valores de compensação ambiental estariam sendo alocados nas Unidades de Conservação do Arpa. Também menciona recursos oriundos da operação lava jato, que seria muito importante para o programa. Menciona também que gostaria de realizar o desembolso de USD 10 milhões, do GEF paisagens, que estaria vinculado ao enquadramento de uma proposta ao Fundo Amazônia no valor de R\$ 80 milhões. O GEF estaria disposto a reconsiderar essa condição de desembolso diante do surgimento de outras fontes de recursos que pudessem ser consideradas. Neste contexto há interesse em saber sobre recursos de compensação ambiental investidos nas áreas do Arpa e sobre recursos dos Fundos gerados pela operação lava jato.

Tatiana Fajardo informa que a compensação ambiental passou por um momento de sobrestamento depois de uma decisão do tribunal de contas e que nos últimos anos acordos de compensação voltaram a ser assinados. Tatiana se compromete em apresentar informações referentes a recursos destinados e recursos disponíveis visando as UCs do Arpa.

Em relação aos recursos da lava jato, Fernando Lorencini informa que foram destinados à região amazônica e parte será gerida pelo IBAMA e parte pelos estados. Entretanto, não há informação sob domínio do ICMBio de como estes recursos serão implementados.

Adriana pergunta como o MMA vê a destinação do recurso de compensação e da Lava-jato como contrapartida aos recursos do GEF Paisagens associados ao desembolso de USD 10 milhões. Ricardo Castelli coloca que não saberia informar sobre recursos da lava jato, mas que considera importante realizar o levantamento de recursos de compensação existentes ou de outras fontes possíveis. Sobre a apresentação de pleitos adicionais Ricardo propõe que fosse deliberado o recurso adicional para o monitoramento e para proteção, já que são mais emergenciais e que ficasse para data futura a deliberação acerca dos recursos para a capacitação.

José Alentejano coloca que tanto para proteção e monitoramento, assim como a capacitação, é preciso que os doadores tenham conhecimento dos valores efetivamente relacionados ao Arpa. Pergunta se teriam a resposta neste momento. Tatiana Fajardo e Ricardo Castelli mencionam que não teriam essa informação discriminada neste momento. Marcos Simanovic coloca que não seria possível fornecer essas informações para proteção neste momento.

José Alentejano pede que MMA e ICMBio levatem os dados adicionais associados aos pleitos e enviem para o CFT antes da próxima reunião. Solicita também que sejam apresentadas mais informações sobre as fontes adicionais de contrapartida ao programa como compensação ambiental e recursos da lava jato.

Mariana Napolitano propõe que também seja apresentado junto com tais informações os mecanismos de monitoramento da efetividade de aplicação desses recursos.

IX. Proposta de apoio à criação de UCs Estaduais no Acre – corredor de proteção estadual

Vera Reis, Secretária Executiva de Meio Ambiente do Acre, apresenta resultados de um estudo de identificação de áreas para implementação de políticas de desenvolvimento sustentável. O estudo visou identificar áreas potenciais para a conservação, visando a criação de Unidades de Conservação nos vazios fundiários próximos de áreas de conservação no Estado do Acre.

Uma análise multicritério foi aplicada visando identificação das melhores áreas tendo como critérios de exclusão as áreas de assentamento, terras privadas e áreas propícias para o agronegócio. Áreas menores que 50 há, também foram descartadas.

Um mosaico de áreas com potencial para criação de UCs foi identificado no estado, com potencial para a geração de corredores de proteção. Com o resultado deste estudo o estado passaria de 47% do território protegido para 67%. A Secretária Vera informa que são resultados preliminares, que precisam de refinamento e está buscando apoio para contratação do estudo de refinamento. Recomendou o Pesquisador Britaldo Soares, que tem uma aluna trabalhando na equipe de Vera Reis.

Após a exposição de Vera Reis, Rosa Lemos pede a palavra e elogia o trabalho manifestando desejo de que o Acre consiga ir a frente com a iniciativa. Adriana Moreira também elogia o exemplo do Acre e coloca que vê potencial para a abordagem, que a regularização fundiária é fundamental. Menciona as categorias de UCs apoiadas pelo Arpa e que o Paisagens Sustentáveis da Amazônia tem interesse em áreas de manejo florestal, se coloca à disposição para conversar sobre o tema.

Mariana Napolitano elogia a proposta e pergunta se o Governador do Acre está alinhado a proposta. Vera informa que o Secretário de Meio Ambiente do Acre está liderando o estudo e teve aval do Governador para que leve adiante. Vera reforça que está segurando o estudo porque pretende refinar as análises, porém ainda não obteve os recursos necessários para contratação da consultoria. Adiciona que a apresentação foi realizada para o Governador do Acre, com a presença do Ministro do Meio Ambiente em vista ao Acre.

José Alentejano solicita o apoio do MMA, ICMBio e Funbio para que colaborem com a construção da proposta do Acre e quando estiver pronta, que o tema seja levado ao Painel Científico de Acompanhamento, reforçando o pedido de que o MMA reestabeleça tal fórum de governança.

X. Atualização sobre a execução do projeto pelo Gestor do Fundo

Fábio Ribeiro apresenta resultados de execução do programa entre outubro/2019 e fevereiro/2020. Apresenta gráfico de avanço da execução do PO 18/19, demonstrando que 79% dos recursos do referido PO foi solicitado pelas UCs e 72% deste montante já executado pelo Funbio. Fábio mencionou o excelente trabalho de planejamento realizado pelas instâncias do Programa, que levaram a ativação de todos os POs 20/21 em fevereiro de 2020. A execução do PO 20/21 teve uma série de intemperes associadas, pois havia demanda por assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica do Arpa com MMA e ICMBio e posteriormente houve a pandemia do Covid 19, que também impactou a execução das UCs.

Por fim, Fábio apresentou dados de execução geral do programa, demonstrando em que entre os meses de outubro de 2019 e fevereiro de 2020, foram executados aproximadamente R\$ 18 milhões pelo Programa Arpa elevando a execução total do projeto para R\$ 374 milhões entre 2003 e 2020.

Adriana Moreira elogiou o trabalho realizado pelo Funbio, mencionando que a execução do projeto vem melhorando a cada ano e que apesar de haver algum descompasso entre planejamento e

execução os números de execução vêm crescendo. José Alentejano elogiou o trabalho da UCP, do MMA e do ICMBio, além do Funbio, no planejamento realizado para o biênio 20/21.

XI. Atualização sobre a gestão de ativos do Fundo de Transição.

José Alentejano inicia informando que a crise do Covid 19 trouxe grande impacto para os mercados financeiros pelo mundo e que isso se refletiu também nas carteiras do Fundo de Transição. A posição do Fundo de Transição em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 152 milhões no Brasil e USD 104 milhões no exterior. Em 29 de fevereiro de 2020 a carteira no Brasil cresceu para R\$ 186 milhões devido a um aporte de USD 10 milhões oriundos da carteira internacional para o cumprimento da política de investimentos do Fundo de Transição, que determina que a carteira local tenha, no início de cada biênio, o valor equivalente a 4 anos de execução do programa. Já a conta no exterior fechou o mês com USD 93 milhões, já refletida a transferência para a carteira local.

José Alentejano prossegue informando que em 2019 houve bom resultado para a carteira local (13,2% a.a.), pouco abaixo do benchmark (14% a.a.). Em fevereiro de 2020 ainda se observa um resultado positivo (0,6% a.a.), acima do benchmark (0,1% a.a.). A carteira Offshore também apresentou um bom resultado no ano de 2019 (21,9% a.a.), pouco superior ao benchmark (21,82% a.a.). Entretanto, em fevereiro de 2020 já houve reflexo da queda dos mercados internacionais e a carteira apresentou rendimento negativo (-1,47%), ainda que melhor do que o benchmark (-3,41%). Números preliminares de março demonstram que houve queda adicional (-4,4%), ainda melhor do que o benchmark (-4,5%).

Cabe ressaltar que ambas as carteiras estão operando próximo ao benchmark, reflexo da boa gestão realizada pelos gestores responsáveis por esses investimentos.

Em resumo, no ano de 2020 houve uma performance um pouco pior no exterior, que demonstra um desempenho negativo de -7,5% a.a. até o momento. Apensar da queda, naturalmente indesejada, são números que podem ser considerados bons frente ao cenário mundial atual. Havia uma expectativa de que esta seria uma crise de recuperação rápida, porém esta previsão mudou, o processo deve ser mais lento, e não estão desconsideradas novas quedas em futuro próximo.

A boa notícia é que a China está em boa trajetória de recuperação, bem como outros países asiáticos, que podem puxar esses números para um cenário melhor em médio prazo. Outra notícia animadora é que a guerra de preço do petróleo entre Rússia e Arábia Saudita caminha para uma solução, o que pode também resultar em estabilização dos mercados internacionais.

José Alentejano finaliza informando que o cenário ainda é bastante turvo e que informações adicionais estarão disponíveis nos links para os vídeos das apresentações gravadas pelos gestores dos ativos que serão disponibilizadas pelo Funbio após a reunião.

XII. Revisão das deliberações e encaminhamentos e Encerramento.

José Alentejano apresenta para os presentes as deliberações e encaminhamentos construídos ao longo da reunião.

Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
Deliberação 1: Ratificação das Deliberações 2.1, 2.2 e 2.3 da 19ª Reunião Extraordinária do CFT, realizada em 05 de dezembro de 2019 (Aprovação do orçamento para o Biênio 2020/2021)	Membros do CFT

Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
realizada por meio de votação online; aprovação da proposta de alteração do mandato de investimento local do Fundo de Transição; aprovação do pleito de recursos para capacitação de gestores para operação do Programa, a ser gerido pelo Gestor do Fundo).	
Deliberação 2: Aprovada a criação do Fundo de Contingência para o Programa Arpa, sendo sua utilização condicionada à aprovação (eletrônica ou presencial) caso a caso pelos membros do CFT, e requerendo a prestação de contas dos gastos associados, bem como a inclusão desta deliberação no Manual Operacional do Programa.	Membros do CFT
Encaminhamento 1: MMA compartilhará com os Membros do CFT, tão logo haja uma previsão, o calendário de reuniões dos fóruns do Programa Arpa (Comissão de Gestores, Fórum Técnico, Painel Científico de Aconselhamento, Visitas Técnicas OGs/UCs) para 2020.	MMA
Encaminhamento 2: Antes da próxima reunião do CFT MMA e ICMBio detalharão o percentual de recursos adicionais pleiteados para o Monitoramento da Biodiversidade, Proteção e Capacitação que serão aplicados diretamente nas UCs apoiadas pelo Programa Arpa. Apresentarão também a metodologia de monitoramento de efetividade da aplicação dos recursos pleiteados.	MMA e ICMBio
Encaminhamento 3: MMA buscará alternativas, tais como a disponibilização de compensações ambientais, para o cumprimento da condição de desembolso vinculada ao 3º desembolso de USD 10 milhões no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (GEF Paisagens), cujo cumprimento estava associado à aprovação de proposta de R\$ 80 milhões, de apoio ao Programa Arpa submetida ao Fundo Amazônia/BNDES.	MMA
Encaminhamento 4: ICMBio apresentará detalhamento do planejamento e aplicação de recursos de compensação ambiental (recursos destinados e recursos disponíveis) nas UCs apoiadas pelo Programa Arpa.	ICMBio
Encaminhamento 5: MMA e ICMBio apresentarão a contrapartida a ser aportada ao Programa Arpa aos pleitos Extras, tendo como base o orçamento para o ano de 2021.	MMA e ICMBio
Encaminhamento 6: José Alentejano solicita o apoio do MMA, ICMBio e Funbio para que colaborem com a construção da	MMA, ICMBio e Funbio

Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
proposta de criação de UCs no Acre e que o tema seja levado ao Painel Científico de Acompanhamento quando oportuno.	

Brasília, 03 de abril de 2020.

MEMBROS CFT INSTITUCIONAIS:
<hr/> <p>Avecita Chicchón Gordon and Betty Moore Foundation</p>
<hr/> <p>Florian Arneth KfW</p>
<hr/> <p>Gustavo Fonseca GEF/BR</p>
<hr/> <p>José Augusto Alentejano WWF/Brasil</p> <hr/>

Meg Symington

WWF/US

MEMBRO CFT CORPORATIVO

Tiago Alves

Anglo American

MEMBRO CFT GOVERNO

Beatriz Milliet

MMA

Ricardo Santos

Ministério da Economia

EQUIPE TÉCNICA GOVERNO:

João Paulo Sotero

SECEX/MMA

Ricardo Castelli Vieira

DAP/MMA

CONSULTOR INTRÍNSECO:

Tatiana Fajardo

DIPAN/ICMBio

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosa Lemos

Secretária Geral/Funbio

Manoel Serrão

Superintendente de Programas/Funbio

Fábio Ribeiro Silva

Gerente do Programa Arpa/Funbio